

Gerenciamento de Riscos Pilar 3

SUMÁRIO

1	Objetivo.....	5
2	A Instituição	5
2.1	Estrutura Organizacional	6
3	Políticas de Gestão de Riscos.....	8
4	Risco de Crédito.....	9
4.1	Modelos de Avaliação do Risco de Clientes	13
4.2	Classificação de Risco das Operações de Crédito e Provisões para Devedores Duvidosos	14
4.3	Risco de Crédito de Contraparte	15
5	Risco Operacional	18
6	Risco de Mercado.....	19
6.1	Carteira de Negociação e Carteira Bancária	21
6.2	Derivativos.....	24
6.3	Operações com Ativos Financeiros	25
7	Risco de Liquidez.....	26
8	Gerenciamento de Capital	27
8.1	Limites Operacionais – Acordo de Basileia.....	29
8.2	Patrimônio de Referência (PR).....	31
8.3	Requerimentos Mínimos de Capital	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Estrutura de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Corporativa	07
Tabela 02– Total das Exposições ao Risco de Crédito e Valor Médio	10
Tabela 03 – Maiores Exposições em Relação ao total das Operações com Características de Concessão de Crédito	10
Tabela 04 – Exposição ao Risco de Crédito por Unidade da Federação – 30/09/2015	10
Tabela 05 – Exposição ao Risco de Crédito por Unidade da Federação – 30/06/2015	11
Tabela 06 – Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico	11
Tabela 07 – Exposição ao Risco de Crédito por Prazo a Decorrer	11
Tabela 08 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Setor Econômico	12
Tabela 09 - Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Unidade da Federação	12
Tabela 10 – Operações de Crédito Baixadas Para Prejuízo no Trimestre – 30/09/2015	13
Tabela 11 – Montante de Provisões Para Perdas, por Setor Econômico	13
Tabela 12 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/09/2015	15
Tabela 13 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/06/2015	15
Tabela 14 – Valor Nocial dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte	16
Tabela 15 – Valor Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte	16
Tabela 16 – Valor das Garantias de Operações Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte	16
Tabela 17 - Valor das Garantias	17

Tabela 18 – Exposição Global Líquida	17
Tabela 19 – Carteira de Negociação – 30/09/2015	22
Tabela 20 – Carteira de Negociação – 30/06/2015	22
Tabela 21 - Impacto no saldo da Carteira Bancária e no Patrimônio de Referência (PR) decorrentes de choques nas taxas de juros	24
Tabela 22 – Operações de Derivativos Realizados no Brasil por Conta Própria sem Contraparte Central	25
Tabela 23 – Cronograma de Implantação dos Requerimentos Mínimos de Capital	31
Tabela 24 – Requerimentos Mínimos de Capital	32
Tabela 25 – Parcela RWACPAD Segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR)	33

1 Objetivo

O presente relatório visa apresentar informações referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR), em atendimento ao que preceitua a Circular nº 3.678 do Banco Central do Brasil (BACEN), emitida em 31/10/2013.

2 A Instituição

O Banco do Nordeste é um banco de desenvolvimento com operações focadas na região Nordeste do Brasil, mas que também atende o norte de Minas Gerais e o estado do Espírito Santo. Oferece um portfólio abrangente de produtos e serviços a indivíduos e empresas, assim como ao governo nos níveis federal, estadual e municipal. O Banco do Nordeste é controlado pelo governo brasileiro e atua como agente na implementação de políticas públicas e programas de desenvolvimento.

Como parte da estratégia do governo para facilitar o desenvolvimento da região, oferece financiamentos com taxas de juros competitivas para empreendedores, independente de seu porte. Suas operações estão centradas nos setores produtivos, principalmente através de financiamentos de longo prazo, empréstimos de curto prazo e operações de mercados de capitais. Compete ao Banco exercer as atribuições que lhe forem conferidas em lei, especialmente aquelas previstas no Decreto-Lei nº. 1.376, de 12.12.1974 e na Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

O Banco do Nordeste também atua operando e, em alguns casos, gerindo fundos e programas do governo brasileiro, incluindo o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste). Atua como agente de crédito do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e como agente operador do FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste).

Os principais produtos e serviços do Banco são:

- Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - i. Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;

- ii. Operações voltadas a melhorias na infraestrutura, para os governos estaduais, municipais e federal;
 - iii. Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - iv. Operações rurais e para o agronegócio.
- Gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;
 - Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos a vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
 - Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazo como debêntures, notas promissórias, CRI, FIDCS, entre outros;
 - Gestão de ativos, consistindo na gestão de ativos de terceiros para pequenos, médios e grandes investidores.

2.1 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional de gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa apresenta-se unificada no nível estratégico e específica quanto as suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As células de gestão de riscos de crédito, mercado e liquidez, e operacional são subordinadas ao Ambiente de Gestão de Riscos e têm como atribuição gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

As responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos, controles internos e segurança corporativa encontram-se descritas na tabela 1, a seguir.

Tabela 01 – Estrutura de Gestão de Riscos, Controles Internos e Segurança Corporativa

Unidade	Responsabilidades Básicas
Conselho de Administração	Aprovar políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos.
Diretoria Executiva	Definir políticas controles internos, segurança corporativa gestão de riscos e submetê-las ao Conselho de Administração.
	Aprovar limites operacionais.
	Aprovar metodologias de gestão.
Diretoria de Controle e Risco	Coordenar a implementação das políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos.
	Monitorar o desempenho das áreas gestoras de controles internos, segurança corporativa e riscos.
Comitê de Gestão de Riscos	Apreciar e deliberar sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas a instâncias superiores, bem como sobre aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.
Comitê de Segurança Corporativa (COSEG)	Apreciar os aspectos relacionados com os segmentos de Segurança da Informação, Segurança Bancária, Segurança em Pessoas e do Trabalho. Compete, ainda, ao COSEG apreciar acerca dos casos suspeitos de indícios de lavagem de dinheiro, previstos na Lei 9.613/98.
Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos	Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereça subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos.
Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos	Coordenar a gestão operacional dos controles internos, da segurança corporativa e dos riscos, e monitorar os seus resultados.
Ambiente de Gestão de Riscos	Gerenciar em nível corporativo os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.
	Promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.
Ambiente de Controles Internos	Gerenciar em nível corporativo os controles internos.
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de controles internos.
	Promover a disseminação da cultura de controles internos no Banco.
Ambiente de Segurança Corporativa	Gerenciar em nível institucional a segurança corporativa.
	Propor a definição de metodologias e modelos de gestão de segurança corporativa.
	Promover a disseminação da cultura de segurança corporativa no Banco.
Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.	Gerenciar os riscos relacionados aos produtos, serviços, sistemas e processos que administram, e respectivos controles internos, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

3 Políticas de Gestão de Riscos

As políticas de gerenciamento de riscos destinam-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, por meio do estabelecimento de regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

A sistematização da gestão de risco fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual.

De maneira global, o gerenciamento dos riscos no Banco do Nordeste observa um conjunto de estratégias articuladas, destacando-se:

- Compatibilizar as decisões e atividades com a legislação vigente;
- Assegurar acesso às informações aos acionistas, órgãos reguladores e fiscalizadores e representantes da sociedade;
- Adotar decisões colegiadas;
- Adotar como parâmetro de exposição global a risco a parcela mínima do Patrimônio de Referência definida pelo CMN;
- Estimar e definir os níveis de riscos aceitáveis para cada produto, processo ou serviço;
- Compatibilizar as operações ativas de crédito ou de tesouraria com as captações de recursos, especialmente quanto a indexadores, volume de recursos, prazos, encargos, finalidades, garantias e público-alvo;
- Adotar procedimentos visando a desconcentração de recursos nas diversas formas de operação;
- Buscar, sempre que possível, o compartilhamento dos riscos;

- Instituir mecanismos de contingência para os processos críticos;
- Garantir a integridade e consistência das informações geradas pelos processos de gestão de riscos, a partir da utilização de ferramentas automatizadas e de bases de dados consolidadas.

4 Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, relacionadas à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão do risco de crédito é exercida com o objetivo primordial de imprimir maior segurança ao processo de concessão de crédito, utilizando instrumentos que permitam a identificação, o controle, a mitigação e a mensuração dos riscos. Para tanto, o Banco adota um modelo de gestão que engloba os seguintes elementos:

- Elaboração e renovação de cadastros por meio de uma Central de Cadastro;
- Propostas de crédito elaboradas e analisadas por meio de Centrais localizadas em capitais dos estados de atuação do Banco;
- Modelos de avaliação de riscos de acordo com o tipo de pessoa e tempo de relacionamento;
- Modelo de classificação de risco das propostas e operações de crédito em conformidade com a Resolução 2.682;
- Processo decisório amparado em Comitês, desde os de agência até a Diretoria;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos;
- Comitê Corporativo de Gestão de Riscos;

- Célula específica para realizar a gestão do risco de crédito, subordinada ao Ambiente de Gestão de Riscos.

Em atendimento ao art. 7º da Circular 3.678, de 2013, apresenta-se a seguir as informações relativas às exposições a risco de crédito do BNB, segmentadas conforme preceitua a Circular 3.644, de 04/03/2013.

Tabela 02 – Total das Exposições ao Risco de Crédito e Valor Médio

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	R\$ mil					
	30.06.2015		30.09.2015		(%)Variação Trimestral	
	Exposição	Média no Trimestre	Exposição	Média no Trimestre	Exposição	Média no Trimestre
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	5.369.279	5.374.379	5.414.550	5.340.831	0,8%	-0,6%
. Crédito Pessoa Física Não Rural	3.282.702	3.154.387	3.256.834	3.266.848	-0,8%	3,6%
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	104.078	93.489	113.474	110.789	9,0%	18,5%
. Consignado	142.312	142.196	141.642	141.954	-0,5%	-0,2%
. Imobiliário	242	242	171	218	-29,3%	-9,9%
. Importação e Exportação	69.294	75.896	61.700	65.593		
. Veículos e Arrendamento Mercantil	13.077	13.548	11.702	12.104	-10,5%	-10,7%
. Outros	2.953.699	2.829.016	2.928.145	2.936.190	-0,9%	3,8%
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	25.711.568	25.839.378	25.722.208	25.676.004	0,0%	-0,6%
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	3.593.532	3.626.009	3.595.750	3.582.645	0,1%	-1,2%
. Investimento	19.165.817	19.138.228	19.261.768	19.164.771	0,5%	0,1%
. Importação e Exportação	943.942	1.071.744	1.080.831	1.107.636	14,5%	3,3%
. Outros	2.008.277	2.003.397	1.783.859	1.820.952	-11,2%	-9,1%
Valor Total das Exposições:	34.363.549	34.368.144	34.393.592	34.283.683	0,1%	-0,2%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 03 – Maiores Exposições em Relação ao Total das Operações com Característica de Concessão de Crédito

Participação no Total das Exposições	30.06.2015	30.09.2015
(%) Dez Maiores Clientes:	11,59%	11,56%
(%) Cem Maiores Clientes:	38,97%	38,76%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 04 – Exposição ao Risco de Crédito por Unidade da Federação – 30/09/2015

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	R\$ mil												
	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	OUTROS	TOTAL
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	120.057	1.576.977	485.668	96.667	996.210	612.938	152.547	374.809	621.209	162.925	209.713	4.830	5.414.550
. Crédito Pessoa Física Não Rural	165.178	464.625	922.496	14.403	320.487	139.525	266.787	261.226	341.615	192.330	167.140	1.021	3.256.833
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	5.252	18.569	32.387	981	8.630	5.491	6.266	13.284	6.457	8.650	7.273	233	113.473
. Consignado	6.597	20.670	48.336	805	10.998	7.196	8.511	12.511	9.846	7.424	8.207	539	141.640
. Imobiliário	1	0	170	0	0	0	0	0	0	0	0	0	171
. Importação e Exportação	0	61.700	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61.700
. Veículos e Arrendamento Mercantil	242	1.677	1.782	0	1.664	520	1.175	1.276	1.763	766	838	0	11.703
. Outros	153.086	362.009	839.821	12.617	299.195	126.318	250.835	234.155	323.549	175.490	150.822	249	2.928.146
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	993.697	5.030.548	4.608.865	427.525	2.255.307	813.174	1.352.353	4.283.410	1.574.280	1.978.312	1.066.851	1.337.887	25.722.209
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	144.261	609.540	753.473	72.608	266.893	169.594	262.611	521.871	300.869	234.369	158.348	101.313	3.595.750
. Investimento	127.636	316.714	138.784	97.535	216.144	15.253	24.061	63.604	62.780	8.823	3.791	5.706	1.080.831
. Importação e Exportação	708.686	3.764.828	3.447.299	253.571	1.700.699	524.863	875.656	3.490.419	1.099.967	1.637.214	885.934	872.633	19.261.769
. Outros	13.114	339.466	269.309	3.811	71.571	103.464	190.025	207.516	110.664	97.906	18.778	358.235	1.783.859
Valor Total das Exposições:	1.278.932	7.072.150	6.017.029	538.595	3.572.004	1.565.637	1.771.687	4.919.445	2.537.104	2.333.567	1.443.704	1.343.738	34.393.592

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 05 – Exposição ao Risco de Crédito por Unidade da Federação – 30/06/2015

Posição: 30.06.2015													R\$ mil
Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	AL	BA	CE	ES	MA	MG	PB	PE	PI	RN	SE	OUTROS	TOTAL
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	116.752	1.516.074	502.793	94.000	985.616	610.993	150.696	384.403	621.740	166.619	214.918	4.676	5.369.280
. Crédito Pessoa Física Não Rural	166.222	486.065	928.333	13.790	321.402	134.014	270.001	257.202	350.905	191.763	162.016	990	3.282.703
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	4.928	17.229	29.993	998	7.832	4.957	5.688	12.272	5.726	7.733	6.509	213	104.078
. Consignado	6.707	20.895	48.811	817	10.864	7.130	8.524	12.762	9.794	7.297	8.187	525	142.313
. Imobiliário	0	0	242	0	0	0	0	0	0	0	0	0	242
. Importação e Exportação	0	69.294	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	69.294
. Veículos e Arrendamento Mercantil	313	1.878	1.932	0	1.793	585	1.318	1.353	1.997	892	1.015	0	13.076
. Outros	154.274	376.769	847.355	11.975	300.913	121.342	254.471	230.815	333.388	175.841	146.305	252	2.953.700
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	993.378	5.073.036	4.526.920	396.810	2.246.570	807.167	1.336.263	4.275.299	1.573.800	1.986.846	1.033.384	1.462.093	25.711.566
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	144.225	639.239	720.006	68.518	275.089	177.385	258.738	504.512	315.268	230.292	160.135	100.125	3.593.532
. Importação e Exportação	74.679	326.976	136.437	70.600	176.597	11.781	11.725	68.358	50.431	6.757	4.536	5.065	943.942
. Investimento	761.132	3.783.281	3.383.158	253.635	1.679.816	510.619	876.434	3.457.687	1.096.179	1.641.176	851.929	870.770	19.165.816
. Outros	13.342	323.540	287.319	4.057	115.068	107.382	189.366	244.742	111.922	108.621	16.784	486.133	2.008.276
Valor Total das Exposições:	1.276.352	7.075.175	5.958.046	504.600	3.553.588	1.552.174	1.756.960	4.916.904	2.546.445	2.345.228	1.410.318	1.467.759	34.363.549

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 06 – Exposição ao Risco de Crédito por Setor Econômico

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	30.06.2015			30.09.2015			Variação (%)
	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	0	5.369.279	5.369.279	0	5.414.550	5.414.550	0,8%
. Crédito Pessoa Física Não Rural	0	3.282.702	3.282.702	0	3.256.833	3.256.833	(0,8%)
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	0	104.078	104.078	0	113.474	113.474	9,0%
. Consignado	0	142.312	142.312	0	141.642	141.642	(0,5%)
. Imobiliário	0	242	242	0	171	171	(29,3%)
. Importação e Exportação	0	69.294	69.294	0	61.700	61.700	(11,0%)
. Veículos e Arrendamento Mercantil	0	13.077	13.077	0	11.701	11.701	(10,5%)
. Outros	0	2.953.699	2.953.699	0	2.928.145	2.928.145	(0,9%)
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	1.504.892	24.206.676	25.711.568	1.700.990	24.021.219	25.722.209	0,0%
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	0	3.593.532	3.593.532	0	3.593.750	3.593.750	0,1%
. Importação e Exportação	0	943.942	943.942	0	1.080.831	1.080.831	14,5%
. Investimento	1.034.440	18.131.377	19.165.817	1.207.223	18.054.545	19.261.768	0,5%
. Outros	470.452	1.537.825	2.008.277	493.767	1.290.093	1.783.860	(11,2%)
Valor Total das Exposições:	1.504.892	32.858.657	34.363.549	1.700.990	32.692.602	34.393.592	0,1%

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 07 – Exposição ao Risco de Crédito por Prazo a Decorrer

Tipo de Exposição ao Risco de Crédito	30.06.2015					30.09.2015				
	Até 6 Meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 Anos	Total	Até 6 Meses	Acima de 6 meses até 1 ano	Acima de 1 ano até 5 anos	Acima de 5 Anos	Total
. Crédito Rural - Pessoa Físicas e Pessoa Jurídica	609.082	262.630	1.277.116	3.196.107	5.344.935	414.059	649.534	1.149.099	3.169.337	5.382.029
. Crédito Pessoa Física Não Rural	2.330.192	84.4915	364.713	20.779	3.260.599	2.268.964	880.275	375.341	10.896	3.235.476
. Cartão de Crédito Incluindo Limites	13.740	15.210	60.145	11.204	100.299	17.484	19.330	68.070	2.958	107.842
. Consignado	1.959	6.043	126.945	7.356	142.303	2.343	6.333	126.580	6.366	141.622
. Imobiliário	0	0	1	242	243	0	0	1	170	171
. Importação e Exportação	60.220	2.913	0	0	63.133	53.453	3.730	0	0	57.183
. Veículos e Arrendamento Mercantil	56	183	11.933	905	13.077	40	244	10.827	591	11.702
. Outros	2.254.217	520.566	165.689	1.072	2.941.544	2.195.644	550.638	169.863	811	2.916.956
. Crédito Pessoa Jurídica Não Rural	1.214.228	771.417	6.114.311	17.066.967	25.166.923	1.080.963	1.067.161	6.411.794	16.726.898	25.266.816
. Capital de Giro, Desconto de Títulos e Conta Garantida	497.437	458.326	2.568.843	50.102	3.574.708	399.045	542.662	2.586.057	47.341	3.575.105
. Importação e Exportação	673.746	235.424	1.546	0	910.716	641.849	415.359	0	0	1.057.208
. Investimento	35.690	73.728	3.315.714	15.734.531	19.159.663	33.619	79.033	3.670.888	15.452.094	19.235.634
. Outros	7.355	3.939	228.208	1.282.334	1.521.836	6.450	30.107	154.849	1.227.463	1.418.869
Valor Total das Exposições:	4.153.602	1.578.962	7.756.140	20.283.853	33.772.487	4.153.602	1.578.962	7.756.140	20.283.853	33.904.321

As exposições se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 08 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Setor Econômico

Atraso por Setor	30.06.2015						30.09.2015					
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	PÚBLICO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PRIVADO	753.753	375.372	1.564.724	715.345	3.396.347	6.805.541	729.029	363.819	1.153.292	1.373.382	3.488.069	7.107.591
Comércio	170.944	80.450	264.791	192.720	190.846	899.751	167.288	64.805	159.685	364.839	206.949	963.566
Comércio Exterior	7.079	0	0	0	0	7.079	36.381	0	0	0	0	36.381
Habitação	0	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
Indústria	122.508	64.290	425.125	176.034	625.353	1.413.310	119.110	48.580	324.272	208.805	676.941	1.377.708
Infraestrutura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Intermediários Financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Microfinança Urbana	29.610	7.394	9.255	11.867	20	58.146	30.682	6.924	9.020	13.931	17	60.574
Pessoas Físicas	2.275	1.465	2.583	3.225	922	10.470	2.204	797	3.104	3.538	107	9.750
Rural	268.248	151.073	560.237	179.125	2.001.772	3.160.455	183.251	100.707	451.115	607.554	2.002.186	3.344.813
Outros Serviços	153.089	70.700	302.733	152.374	577.434	1.256.330	190.104	142.006	206.096	174.715	601.869	1.314.790
Saldo Total em Atraso:	753.753	375.372	1.564.724	715.345	3.396.347	6.805.541	729.029	363.819	1.153.292	1.373.382	3.488.069	7.107.591

Os saldos em atraso se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 09 – Montante do Atraso, Bruto de Provisões e Excluídas as Operações em Prejuízo, por Unidade da Federação

Atraso por Resião	30.06.2015						30.09.2015					
	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Entre 15 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	Total
	AL	24.589	7.632	186.153	75.499	118.518	412.391	42.344	19.814	20.386	164.800	160.471
BA	144.730	59.960	323.292	125.417	576.137	1.229.536	110.749	43.238	246.202	200.052	588.492	1.188.733
CE	165.266	67.579	167.684	144.388	979.226	1.524.143	179.532	57.537	192.377	199.394	993.664	1.622.504
ES	10.006	1.769	1.630	5.879	32.484	51.768	8.400	872	6.229	5.486	27.113	48.100
MA	68.620	30.565	129.000	52.026	499.984	780.195	96.269	26.118	65.900	116.157	511.013	815.457
MG	77.715	21.080	55.406	27.696	122.985	304.882	46.897	21.035	83.705	65.040	129.246	345.923
PB	25.484	18.281	23.592	19.427	96.405	183.189	26.476	9.709	26.416	21.801	102.866	187.268
PE	94.064	34.744	306.822	124.569	573.857	1.134.056	96.924	30.915	305.836	174.826	582.191	1.190.692
PI	42.709	26.418	36.598	28.572	189.491	323.788	37.066	28.753	44.533	34.488	188.908	333.748
RN	56.103	27.146	42.255	37.557	115.943	279.004	36.959	27.573	58.018	57.664	112.962	293.176
SE	35.557	76.532	262.824	72.229	91.316	538.458	30.873	14.545	92.392	330.311	91.141	559.262
OUTROS	8.910	3.666	29.468	2.086	1	44.131	16.540	83.710	11.298	3.364	1	114.913
Saldo Total em Atraso:	753.753	375.372	1.564.724	715.345	3.396.347	6.805.541	729.029	363.819	1.153.292	1.373.383	3.488.068	7.107.591

Os saldos em atraso se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Do total do saldo em atraso de R\$ 7.107.591 mil (R\$ 6.805.541 mil em 30.06.2015), R\$ 2.483.243 mil (R\$ 2.356.427 mil em 30.06.2015) se referem a valores cujo risco é assumido pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), visto que para parte das operações com recursos desse Fundo há o compartilhamento do risco de crédito entre o FNE e o BNB. Sendo assim, há risco para o BNB somente sobre o valor de R\$ 4.624.347 mil (R\$ 4.449.114 mil em 30.06.2015).

Tabela 10 – Operações de Crédito Baixadas Para Prejuízo no Trimestre

	R\$ mil	
Prejuízos por Setor Econômico	30.06.2015	30.09.2015
PÚBLICO	0	0
PRIVADO	213.993	328.536
Comércio	66.289	34.746
Comércio Exterior	0	0
Habitação	0	0
Indústria	35.117	79.271
Infraestrutura	0	0
Intermediários Financeiros	541	0
Microfinança Urbana	5.502	6.020
Pessoas Físicas	2.246	2.446
Rural	54.575	48.010
Outros Serviços	49.723	158.043
Saldo Total em Atraso:	213.993	328.536

Os valores baixados para prejuízo se referem às operações com características de concessão de crédito, coobrigações e garantias prestadas.

Tabela 11 – Montante de Provisões Para Perdas, por Setor Econômico

	R\$ Mil			
Setor Econômico	Provisões 30/09/2015	Despesas jul-set/2015	Reversões jul-set/2015	Varição jul-set/2015
Administração Direta	0	0	0	0
Administração Indireta	41	41	-45	-4
Comércio	534.744	196.854	-44.025	152.829
Comércio Exterior	149.679	12.276	-4.930	7.346
Habitação	99	96	-2	94
Indústria	916.189	250.432	-61.323	189.109
Infraestrutura	43.126	16.191	-738	15.453
Intermediários Financeiros	227	4	-35	-31
Microfinança Urbana	34.918	21.557	-13.968	7.589
Outros Serviços	795.866	152.612	-44.285	108.345
Pessoas Físicas	10.412	5.461	-1.930	3.531
Rural	1.356.036	179.832	-56.953	122.879
Total	3.841.344	835.362	-228.239	607.123

4.1 Modelos de Avaliação do Risco de Clientes

O Banco adota dois modelos de avaliação de risco: um Modelo Especialista e um Modelo Fundamentalista. O primeiro considera apenas fatores objetivos, enquanto o segundo considera também aspectos subjetivos. Ambos utilizam os fatores de risco conhecidos mundialmente como “C’s do crédito” – caráter, capacidade, condições, capital e colateral (garantias).

A pontuação obtida pelo cliente em sua avaliação de risco, combinada com as informações sobre seu patrimônio, suas receitas e, seu endividamento externo, determina os valores dos limites de risco a serem concedidos. A pontuação também

define a escolha das garantias que lastrearão as operações de crédito realizadas, bem como a relação mínima “garantia real/crédito concedido” a ser aplicada aos negócios firmados, em função da adequação, suficiência e grau de liquidez da garantia oferecida.

4.2 Classificação de Risco das Operações de Crédito e Provisões para Devedores Duvidosos

A classificação de risco das operações de crédito e as regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa têm amparo na Resolução 2.682, de 21/12/1999, do CMN.

A classificação obedece a uma ordem crescente de risco, de AA até H, e sua definição é fundamentada em parâmetros consistentes e verificáveis, amparadas por informações internas e externas, considerando os diversos aspectos relacionados ao devedor, aos garantidores e às operações de crédito.

Mensalmente as operações de crédito vigentes tem sua classificação de risco revista, para fins do gerenciamento do risco de crédito e em face da constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Para efeito de gerenciamento do risco de crédito é realizada a estratificação da carteira de crédito por faixas de valores, setor econômico, por níveis de rating, por região geográfica e por situação quanto à adimplência. A partir da disposição dos ativos, são elaboradas informações sobre perspectivas de perdas dadas a inadimplência, sobre os níveis de estabilidade e de mobilidade da carteira de crédito em função da variação do risco de crédito e dos impactos de provisão previstos para cada situação.

A avaliação por carteiras permite ao Banco identificar as concentrações de risco em seu portfólio de produtos e clientes, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

Expõe-se a seguir o valor total mitigado pelos instrumentos definidos no § 3º do art. 36 da Circular nº 3.644, segmentado por tipo de mitigador e por seu respectivo fator de ponderação de risco (FPR).

Tabela 12 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/09/2015

30.09.2015								R\$ mil
Fatores de Ponderação de Exposições	Garantia do Tesouro Nacional	Depósitos à vista e a prazo, de poupança e ouro	Títulos Públicos Federais	Garantia do FGPC	Fundos e Outros Mecanismos Governamentais	Fiança Bancária	Garantia FPE /FPM	Total Mitigado
.50%	0	1.666.961	11.777.096	0	0	0	0	13.444.057
.75%	0	0	1.612.765	17.144	44.308	0	0	1.674.218
.85%	859.856	0	0	0	0	1.383.877	278.773	2.522.505
.100%	234.731	0	0	0	0	4.031.687	136.798	4.403.217
Valor Total Mitigado	1.094.587	1.666.961	13.389.862	17.144	44.308	5.415.564	415.571	22.043.997

Tabela 13 – Valor Total Mitigado por Fator de Ponderação de Risco (FPR) – 30/06/2015

30.06.2015								R\$ mil
Fatores de Ponderação de Exposições	Garantia do Tesouro Nacional	Depósitos à vista e a prazo, de poupança e ouro	Títulos Públicos Federais	Garantia do FGPC	Fundos e Outros Mecanismos Governamentais	Fiança Bancária	Garantia FPE /FPM	Total Mitigado
.50%	0	1.789.482	9.515.682	0	0	0	0	11.305.164
.75%	0	0	1.604.030	18.111	44.389	0	0	1.666.530
.85%	769.699	0	0	0	0	1.467.401	230.501	2.467.601
.100%	189.699	0	0	0	0	3.926.841	113.085	4.229.625
Valor Total Mitigado	959.398	1.789.482	11.119.712	18.111	44.389	5.394.242	343.586	19.668.920

4.3 Risco de Crédito de Contraparte – Instituições financeiras

A avaliação de risco de instituições financeiras é feita mediante o uso de modelo próprio desenvolvido para este fim e tem por base o rating atual atribuído pelas agências classificadoras de risco de crédito, considerando-se a nota de pelo menos uma das quatro principais agências, observando-se o período de 12 meses que antecedem a apuração do cálculo. A classificação de risco atribuída pelas agências é convertida e equiparada a escala de classificação de risco do BNB.

A metodologia para apuração do limite considera a experiência da instituição demandante junto ao BNB, o Patrimônio de Referência (PR) da Instituição Financeira e o índice de Basileia Amplo, incluso o valor das Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação.

A seguir expõem-se os quantitativos acerca do risco de crédito de contraparte, conforme preceitua o art. 9º da Circular 3.678.

- Valor nominal dos respectivos contratos, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas:

Tabela 14 – Valor Nominal dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 30/09/2015

R\$ mil

CONTRATOS	ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE	SEM ATUAÇÃO DA CÂMARA COMO CONTRAPARTE	
		Com Garantia	Sem Garantia
Derivativos (valor nominal)	0	1.087.635	0
Operações Compromissadas Ativas	0	11.679.990	0
Operações a liquidar	0	0	0
Empréstimos de ativos	0	0	0

- Valor positivo bruto dos respectivos contratos, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos e operações compromissadas, desconsiderados os valores positivos relativos a acordos de compensação definidos na Resolução nº 3.263, de 24/02/2005:

Tabela 15 – Valor Bruto dos Contratos Sujeitos ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 30/09/2015

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR POSITIVO BRUTO
Derivativos	1.110.949
Operações Compromissadas Ativas	11.777.096
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- Valor positivo bruto das garantias reais (colaterais) recebidas em operações sujeitas ao risco de crédito de contraparte:

Tabela 16 – Valor das Garantias de Operações Sujeitas ao Risco de Crédito de Contraparte

Posição: 30/09/2015

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR DAS GARANTIAS
Derivativos	1.013.491
Operações Compromissadas Ativas	11.777.096
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

Os valores positivos relativos a acordos para compensação e liquidação de obrigações, conforme definidos na Resolução 3.263, de 2005, são nulos no Banco. O BNB não possui valores referentes a esse tipo de acordo.

- Valor das garantias que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:
 - i. sejam mantidas ou custodiadas na própria instituição;
 - ii. tenham por finalidade exclusiva a constituição de garantia para as operações a que se vinculem;
 - iii. estejam sujeitas à movimentação, exclusivamente, por ordem da instituição depositária; e
 - iv. estejam imediatamente disponíveis para a instituição depositária no caso de inadimplência do devedor ou de necessidade de sua realização.

Tabela 17 – Valor das Garantias

Posição: 30/09/2015

R\$ mil

CONTRATOS	VALOR DAS GARANTIAS
Derivativos	1.013.491
Operações Compromissadas Ativas	11.777.096
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- Exposição global ao risco de crédito de contraparte, líquida dos efeitos dos acordos para compensação e do valor das garantias definidos nos incisos V e VI do art. 9º, da Circular 3.678, de 2013:

Tabela 18 – Exposição Global Líquida

Posição: 30/09/2015

R\$ mil

CONTRATOS	EXPOSIÇÃO GLOBAL LÍQUIDA
Derivativos	97.458
Operações Compromissadas Ativas	0
Operações a liquidar	0
Empréstimos de ativos	0

- O percentual das exposições coberto pelo valor nocional dos hedges efetuados por meio de derivativos de crédito manteve-se nulo.
- O valor nocional das operações com derivativos de crédito segregado por tipo de operação, conforme a Circular nº 3.106, de 2002, também é nulo.

5 Risco Operacional

Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou ações inadequadas de pessoas, falhas ou inadequação de sistemas e processos ou de eventos externos, incluindo riscos relacionados a questões legais.

A estrutura unificada de gerenciamento de riscos do Banco compartilha as responsabilidades da gestão do risco operacional com as unidades gestoras dos processos de negócios e de suporte expostos a esse tipo de risco.

Os processos têm pontos de controle estabelecidos com o objetivo de permitir intervenção gerencial antes de o risco se transformar em perda. Nesse sentido, para a comunicação das informações pertinentes à gestão do risco operacional à superior administração do Banco, bem como aos órgãos controladores, são utilizados relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais, contemplando eventos de perdas por processos e por unidades gestoras, por fatores de riscos, por maiores perdas, níveis de causas das perdas e por exposição a risco.

Na identificação e qualificação dos eventos de perdas operacionais, o Banco classifica os riscos segundo determina o CMN/BACEN, utilizando fatores de riscos, com suficiente qualificação sobre as suas origens e causas. Para a mensuração do cálculo da parcela de alocação de capital, o Banco utiliza metodologia de abordagem básica BIA, do CMN/BACEN, que considera a aplicação do fator de ponderação de risco de 15% (quinze por cento) sobre os saldos das contas de despesas e receitas na moeda nacional dos últimos 03 (três) anos.

O valor da parcela de Alocação de Capital para o Risco Operacional denominada de Parcela RWAOPAD, conforme Circular 3.640 de 04.03.2013, do CMN/BACEN, vem sendo apurado mensalmente.

No tocante ao monitoramento contínuo da mitigação dos riscos corporativos que ocorrem no dia-a-dia das atividades desenvolvidas nos processos da instituição, destaca-se o acompanhamento das ações mitigadoras dos riscos dos processos implementados desde 2008, com sistematização trimestral. A partir de 2010 passou-se a elaborar informações sobre o referido acompanhamento e cumprimento das ações mitigadoras, denominado “Plano de Providências”, que é submetido ao Comitê Corporativo de

Gestão de Riscos e à Diretoria de Controle e Risco. Desde 2010, referido documento é encaminhado também ao Comitê de Auditoria.

No que concerne ao atendimento às resoluções nº 3.380 e nº 2.554, do CMN, onde preveem, respectivamente, que a estrutura de gerenciamento do risco operacional deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar o risco operacional e que os controles internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações por ela realizadas, o Banco vem aplicando pesquisa de Autoavaliação de Riscos e Controles nos processos de negócios e de suporte da instituição, visando à atualização, monitoramento e mitigação de seus riscos operacionais e aperfeiçoamento de seus controles. O trabalho é dividido em duas etapas, sendo a primeira etapa de coleta de dados e a segunda etapa de tabulação dos dados, análise, construção de matrizes e rankings.

Os processos de negócios e de suporte do Banco são autoavaliados anualmente, observada a aderência com a arquitetura de processos vigente. A metodologia empregada revelou os processos que apresentaram perdas, através do Indicador de Perdas Efetivas (IPE), e risco residual, através do Indicador de Risco Residual (IRR). Ainda sobre a metodologia empregada, foi possível construir Matriz de Importância – Desempenho que demonstrou regiões de “possível excesso” e “urgência”, recomendando expressamente o tratamento a ser dado para cada grupo de processos agrupados pelos resultados encontrados.

6 Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e ou de elevação do valor econômico dos passivos resultante de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

No Banco do Nordeste, a gestão dos riscos de mercado abrange os segmentos abaixo indicados, inclusive os seus derivativos:

- a) **Risco de Taxa de Juros:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nas taxas de juros;

- b) **Risco de Taxas de Câmbio:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nas taxas de câmbio;
- c) **Risco de Preços de *Commodities*:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nos preços das *commodities*;
- d) **Risco de Preços de Ações:** É a possibilidade de perda no valor econômico de um ativo ou de elevação do valor econômico de um passivo decorrente dos efeitos de variações nos preços das ações.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- b) Mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) Relatório de exposição cambial;
- d) Análise de sensibilidade;
- e) Testes de estresse;
- f) Testes de aderência (*backtesting*);
- g) Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

O Banco do Nordeste realiza, mensalmente, duas modalidades de testes de estresse, em conformidade com a Circular nº 3.365/2007, do BACEN, com os objetivos abaixo, cujos resultados são submetidos à apreciação do Comitê de Gestão de Riscos:

- a) Estimar percentual da variação do valor mercado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o período de manutenção (*holding period*) de um ano e o período de observação de cinco anos;

- b) Estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais periódicos, destinados à superior administração do Banco e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das Carteiras de Negociação e Bancária, níveis de exposição cambial e níveis e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado contempla um sistema de alerta, operacionalizado como o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos a seguir:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none">• Carteira de Negociação – Taxa de Juros: 1% do valor do Patrimônio de Referência (PR)	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emite um alerta ao Ambiente de Operações Financeiras.
<ul style="list-style-type: none">• Carteira Bancária: 5% do valor do PR	Caso o nível de exposição extrapole o limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emite uma comunicação ao Comitê de Gestão de Riscos.
<ul style="list-style-type: none">• Risco Cambial: 5% do valor do PR	

6.1 Carteira de Negociação e Carteira Bancária

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações do Banco do Nordeste são classificadas em duas carteiras: Carteira de Negociação e Carteira Bancária.

Carteira de Negociação (*trading book*) - compreende as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, expostas aos riscos de mercado, detidas para negociação ou destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

O Ambiente de Gestão de Riscos do Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- a) Operações compromissadas bancadas de compra com compromisso de revenda;
- b) Títulos e valores mobiliários classificados e contabilizados na categoria títulos para negociação, conforme definido pelo BACEN, na Circular nº 3.068, de 08.11.2001;
- c) Operações destinadas à proteção (hedge) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita a partir do modelo padrão criado pelo BACEN.

Em 30/09/2015 e 30/06/2015, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, conforme demonstrado nas tabelas 19 e 20, a seguir. Nas duas posições, essas operações foram realizadas em taxas prefixadas:

Tabela 19 – Carteira de Negociação – 30/09/2015

Posição: 30/09/2015				R\$ Mil			
Ativo (revendas a liquidar)				Passivo (recompras a liquidar)			
Posição Bancada				Carteira Própria			
Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil	Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil
Taxa Prefixada	LFT	01/10/2015	49.995	Taxa Prefixada	LFT	01/10/2015	1.476.700
Taxa Prefixada	LTN	01/10/2015	20.000	Taxa Prefixada	NTNB	22/10/2015	64.939
Taxa Prefixada	NTNB	01/10/2015	1.509.992				
Taxa Prefixada	NTNB	22/10/2015	5.047.746				
Taxa Prefixada	LTN	22/10/2015	5.148.702				
TOTAL DO ATIVO			11.776.435	TOTAL DO PASSIVO			1.541.639
TOTAL DA CARTEIRA (LÍQUIDA)				10.234.796			

Tabela 20 – Carteira de Negociação – 30/06/2015

Posição: 30/06/2015				R\$ Mil			
Ativo (revendas a liquidar)				Passivo (recompras a liquidar)			
Posição Bancada				Carteira Própria			
Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil	Tipo de Exposição	Lastro	Vencimento	Valor Contábil
Taxa Prefixada	LTN	01/07/2015	1.149.998	Taxa Prefixada	LFT	01/07/2015	1.670.577
Taxa Prefixada	NTNB	01/07/2015	1.049.999				
Taxa Prefixada	NTNB	30/07/2015	3.568.044				
Taxa Prefixada	LFT	30/07/2015	3.683.068				
TOTAL DO ATIVO			9.451.109	TOTAL DO PASSIVO			1.670.577
TOTAL DA CARTEIRA (LÍQUIDA)				7.780.532			

Comparativamente ao saldo líquido registrado em 30.06.2015 (R\$7.780.532 mil), o saldo líquido da Carteira de Negociação na posição de 30.09.2015 (R\$10.234.796 mil) experimentou um acréscimo de 31,5%, o que configura uma oscilação compatível com a composição da referida carteira.

Adicionalmente, cabe ressaltar que o perfil da Carteira de Negociação do Banco do Nordeste – majoritariamente formada por operações de curto prazo, lastreadas em títulos públicos federais - também concorre para que sua exposição ao risco de mercado seja bastante reduzida. Essa baixa exposição ao risco pode ser observada nas posições de 30.09.2015 e 30.06.2015, quando o Valor em Risco (VaR) da carteira correspondia, respectivamente, apenas a 0,198% e 0,112% do valor do Patrimônio de Referência (PR), situando-se bastante aquém do limite de 1% estabelecido na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Carteira Bancária (*Banking Book*) - formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação e expostas aos riscos de mercado.

A mensuração do risco da Carteira Bancária, relacionada às taxas de juros, aos índices de preços e à variação cambial, obedece aos pressupostos estabelecidos pelo BACEN, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas, no caso do BNB, nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- Valor marcado a mercado;
- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Desvio-padrão dos retornos;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação das taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações;

- Ponderação dos valores pela quantidade de dias de cada vértice em relação a 252 dias úteis;
- Nível de confiança de 99%.

A coleta de taxas para o cálculo do VaR é feita com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBOVESPA, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

Na Tabela 21, são demonstrados os impactos no resultado ou na avaliação do valor da instituição em decorrência de choques compatíveis com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, levando-se em conta período de manutenção (*holding period*) de um ano e período de observação de cinco anos (teste de estresse), segmentados por fatores de risco, inclusive moedas estrangeiras:

Tabela 21 - Impacto no saldo da Carteira Bancária e no Patrimônio de Referência (PR) decorrentes de choques nas taxas de juros

Fator de Risco	Resultados Hipotéticos					
	30.09.2015			30.06.2015		
	Tipo de Risco	RS mil	% PR	Tipo de Risco	RS mil	% PR
PRÉ	Aumento da Taxa Pré	(170.820)	3,30	Aumento da Taxa Pré	(168.454)	3,18
IGP	Aumento do Cupom	(33.375)	0,65	Aumento do Cupom	(35.042)	0,66
TR	Diminuição do Cupom	(50.946)	0,99	Diminuição do Cupom	(49.946)	0,94
TJLP	Aumento do Cupom	(8.964)	0,17	Aumento do Cupom	(15.267)	0,29
IPCA	Diminuição do Cupom	(11.116)	0,21	Diminuição do Cupom	(1.296)	0,02
DOLAR	Diminuição do Cupom	(7.318)	0,14	Diminuição do Cupom	(6.333)	0,12
EURO	Diminuição do Cupom	(2.700)	0,05	Aumento do Cupom	(52)	-
Fundos		-	-	Aumento da Taxa Pré	(522)	0,01

Considerando-se a pouca representatividade dos casos de liquidação antecipada de operações integrantes da Carteira Bancária, a mensuração do risco de taxa de juros da referida carteira não incorpora essa premissa.

6.2 Derivativos

A utilização de derivativos pelo Banco do Nordeste em operações ativas e passivas dá-se apenas com propósito de proteção de suas posições.

Em 30/06/2015, os saldos de operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria com contraparte central, apresentavam saldo nulo (R\$ 0,00) tanto para a posição comprada como vendida, seja no Brasil ou no exterior.

No mesmo período, o saldo de operações realizadas no exterior com instrumentos financeiros derivativos, realizadas por conta própria sem contraparte, também foi nulo. Já para as operações realizadas no Brasil, verificou-se os seguintes saldos, segmentados por fator de risco de mercado,:

Tabela 22 - Operações de Derivativos Realizados no Brasil por Conta Própria sem Contraparte Central

Posição: 30/09/2015 R\$ mil

Fator de risco de mercado	Posição Ativa	Posição Passiva	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
CATEGORIA TAXA DE JUROS	0	0	0	0
CATEGORIA TAXA DE CÂMBIO	2.263.011	1.152.063	1.110.948	0
CATEGORIA PREÇO DE AÇÕES	0	0	0	0
CATEGORIA PREÇO DE MERCADORIAS (COMMODITIES)	0	0	0	0

6.3 Operações com Ativos Financeiros

O Banco do Nordeste realiza operações de aquisições, venda ou transferência de ativos financeiros, norteado por sua Política de Gestão de Recursos de Tesouraria. A atuação da tesouraria do Banco do Nordeste é uma atividade complementar aos seus demais negócios e, dessa forma, age em respeito à legislação e aos normativos internos vigentes buscando, dentro dos limites estabelecidos e das suas atribuições, assumir posições que permitam ao Banco incorrer em melhores receitas vis a vis os riscos assumidos. Atua de forma a respeitar sua política de gestão de riscos, observando os limites de exposição de mercado, cambial e de liquidez. Tem por princípios básicos o cumprimento dos aspectos legais, a boa governança corporativa, resguardando o Banco contra riscos em grau desproporcional aos ganhos e vantagens advindas, a compatibilidade das condições negociadas nas operações ativas com as operações passivas para evitar descasamentos, a desconcentração, o uso de operações de derivativos restrito a proteção de suas carteiras contra variações de mercado, a segregação das atividades e a qualificação técnica de seus profissionais compatível com as atribuições.

Sua estratégia de atuação busca o gerenciamento dos recursos de tesouraria atuando de forma a mitigar os riscos, sendo a definição sobre a aquisição, venda ou permuta de títulos sempre deliberada por colegiado.

A posição das exposições adquiridas está zerada desde agosto de 2014, quando houve recebimento antecipado de saldo remanescente de operações, e considerando que nenhuma operação dessa natureza foi realizada desde então

7 Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- a) A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- b) A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A gestão do risco de liquidez é efetivada a partir do monitoramento diário das disponibilidades e do fluxo de caixa da instituição, utilizando-se como parâmetros os limites e cenários estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias/instrumentos abaixo, que são revistos e reavaliados periodicamente:

- Geração do fluxo de caixa, diariamente;
- Cálculo do Nível de Cobertura do Risco de Liquidez (NCRL);
- Realização de teste de aderência do fluxo de caixa;
- Acompanhamento dos descasamentos de prazos e indexadores entre operações ativas e passivas.

A exposição ao risco de liquidez é mensurada pelo Nível de Cobertura para o Risco de Liquidez (NCRL), calculado para diferentes horizontes de tempo, correspondente à razão entre as disponibilidades do dia e o volume de obrigações vincendas no período analisado. As condições de liquidez são avaliadas levando-se em conta impactos nos fluxos de caixa decorrentes de cenários alternativos e os respectivos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos para o nível de cobertura do risco. Para cada horizonte temporal, o NCRL é calculado levando-se em conta os cenários a seguir:

- **Cenário Tendencial:** definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, considera os recebimentos previstos e as disponibilidades de caixa, admitindo-se parâmetros de estabilidade econômico-financeira interna e externa ao Banco.
- **Cenário Medianamente Conservador:** definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, considera apenas parte dos recebimentos previstos e as disponibilidades de caixa, admitindo-se parâmetros de instabilidade econômico-financeira interna e externa ao Banco.
- **Cenário Conservador:** definido para análise da capacidade de pagamento das obrigações previstas, utiliza as disponibilidades de caixa, desconsiderando-se completamente os recebimentos previstos, admitindo-se parâmetros de estresse econômico-financeiro interno e externo ao Banco.

As informações relativas ao Nível de Cobertura do Risco de Liquidez (NCRL) são comunicadas à Superior Administração por meio de relatórios diários e trimestrais.

8 Gerenciamento de Capital

De acordo com a determinação do Conselho Monetário Nacional, por meio de sua Resolução nº 3.988/11, o Banco do Nordeste implantou no segundo semestre do ano de 2012 sua Estrutura de Gerenciamento de Capital, aprovada pela Diretoria em 28/11/11 e pelo Conselho de Administração em 02/12/11.

A Diretoria de Controle e Riscos é a responsável pelo Gerenciamento de Capital, tendo sido criada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo

CMN. A estruturação implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com o dimensionamento adequado de sua exposição a riscos.

Durante o ano de 2013, foi promovido um processo de reestruturação das unidades administrativas, onde a estrutura de gerenciamento de capital foi convalidada, conforme Resolução da Diretoria nº RD/5449, de 16 de maio de 2013.

O primeiro Plano de Capital do Banco do Nordeste foi elaborado ao final do ano de 2012, em consonância com o Planejamento Estratégico vigente à época, revisado em dezembro de 2013. Tendo em vista o transcorrer de mais um período e cumprindo também as atribuições da Estrutura de Capital, ao final do ano de 2014, foi realizada uma revisão de tal peça, sendo elaborado o Plano de Capital para 2015 a 2017.

Importante ressaltar que essa revisão inclui melhorias no sentido de tornar mais rigorosos os testes de estresse, notadamente no que se refere ao aperfeiçoamento dos cenários definidos para a análise de sensibilidade e levando-se em consideração, também, resultados decorrentes de um cenário de provisão de crédito em volumes mais elevados.

O Plano de Capital do Banco do Nordeste para o período de 2015 a 2017 guarda conformidade com o Planejamento Estratégico para o período de 2015 a 2018, especialmente no que diz respeito às decisões e informações que tem impacto no capital e nos resultados futuros. Desta forma, de acordo com o disposto no artigo 5º da Resolução 3.988/11, na construção do plano de capital considerou-se:

- As ameaças e oportunidades relativas ao ambiente econômico e dos negócios do Banco do Nordeste;
- Os cenários de indicadores econômico-financeiros, conforme estudo do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE);
- As metas de negócios;
- A política de distribuição de resultados.
- Principais Fontes de Capital do Banco;

- As projeções de valores patrimoniais (ativos e passivos) e de resultados (receitas e despesas).
- Projeções de necessidade de Capital;
- Plano de Contingência de Capital;
- Governança e Transparência.

Com base nesses pressupostos e a partir das projeções de resultados, foi estimada a situação futura do capital frente às exposições aos riscos projetadas, comparando-se com os limites de adequação de capital exigidos pela nova regulamentação do Acordo de Basileia III.

Assim, a partir das projeções de resultados e cenários, as situações de adequação do capital são simuladas e continuamente monitoradas frente às exposições aos riscos incorridos, comparando-se com os limites exigidos pela regulamentação do Acordo de Basileia III. O documento específico de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital pode ser encontrado no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

Nos tópicos seguintes pode-se verificar a situação atual do Banco do Nordeste no que se refere aos requerimentos mínimos de capital, instituídos pelo Basileia III, ao Patrimônio de Referência (PR) e aos ativos ponderados pelo risco (RWA), que são monitorados de forma contínua com vistas a evitar qualquer possibilidade de desenquadramento em relação aos limites exigidos pelos órgãos reguladores, assim como também sua aderência às políticas internas da instituição.

8.1 Limites Operacionais – Acordo de Basileia

O BACEN divulgou, a partir de março/2013, os normativos que regulamentam a implantação no Brasil das recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, com início de vigência em outubro/2013.

Os referidos normativos promoveram, basicamente, as seguintes alterações em relação às exigências vigentes até então:

- a. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, no Brasil denominado Patrimônio de Referência (PR), que continuará a ser dividido nos níveis I e II;
- b. Apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal e introdução do Adicional de Capital Principal; e
- c. Revisão de algumas ponderações e ajustes no cálculo da exposição a Risco de Crédito.

A apuração dos requisitos mínimos de capital está estabelecida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês). As novas regras estabelecem três requerimentos de capital independentes a serem observados continuamente pelas instituições financeiras, a saber:

- 4,5% para o Capital Principal que é composto principalmente pelo Capital Social, por ações, quotas, reservas e lucros retidos e instrumentos de dívida que atendam as exigências constantes do Art. 16 da Res. 4.192/13 do Conselho Monetário Nacional (CMN);
- 6% para o Nível I (até dezembro/2014 era de 5,5%) que consiste na soma do Capital Principal e do Capital Complementar, sendo este composto de instrumentos de dívida que cumpram os requisitos estabelecidos no Art. 17 da Res. 4.192/13 do CMN; e
- 8% para o total do PR que é o somatório do PR Nível I e Nível II formado, basicamente, por instrumentos de dívida que estejam em consonância com o disposto no Art. 20 da Res. 4.192/13 do CMN.

Adicionalmente às exigências relacionadas anteriormente, o BACEN determinou, ainda, a criação de uma exigibilidade complementar denominada Adicional de Capital Principal que corresponde aos chamados capital de conservação (fixo) e capital contracíclico (variável) previstos em Basileia III. Ao final do período de implantação, o Adicional de Capital Principal deverá ser de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 5% do montante RWA, devendo seu valor exato ser estabelecido pelo BACEN de acordo com

o contexto macroeconômico. A implantação das novas exigências de capital ocorrerá de forma gradual, de acordo com o cronograma da tabela 23, adiante.

Tabela 23 – Cronograma de Implantação dos Requerimentos Mínimos de Capital

IMPLANTAÇÃO NOVOS REQUERIMENTOS DE CAPITAL							
Exigência	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Capital Principal (mínimo + adicional)	4,50%	4,50%	4,50%	5,125% a 5,75%	5,75% a 7,0%	6,375% a 8,25%	7,0% a 9,5%
Nível I (mínimo + adicional)	5,50%	5,50%	6,00%	6,625% a 7,25%	7,25% a 8,5%	7,875% a 9,75%	8,5% a 11,0%
PR (mínimo + adicional)	11,00%	11,00%	11,00%	10,5% a 11,125%	10,5% a 11,75%	10,5% a 12,375%	10,5% a 13,0%

8.2 Patrimônio de Referência (PR)

É a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Nos termos da Resolução do CMN nº 4.192, de 01/03/2013, o Patrimônio de Referência (PR) consiste no somatório das suas duas partes denominadas Nível I (constituído pelo Capital Principal e Capital Complementar) e Nível II.

8.3 Requerimentos Mínimos de Capital

As Instituições e Conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN devem manter, permanentemente, montantes de PR, de Nível I e de Capital Principal em valores superiores aos requerimentos mínimos estabelecidos na Res. 4.193, de 01/03/2013, do CMN, bem como para suprir a exigência do Adicional de Capital Principal instituído por essa mesma Resolução.

Para fins do cálculo dos requerimentos mínimos e do Adicional de Capital Principal mencionados, deve ser apurado o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA, na sigla em inglês), que corresponde à soma das seguintes parcelas:

- a) RWACPAD (antiga PEPR), relativa às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada;
- b) RWAJUR1 (antiga PJUR1), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas denominadas em real cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;

- c) RWAJUR2 (antiga PJUR2), relativa às exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- d) RWAJUR3 (antiga PJUR3), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de índices de preços cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- e) RWAJUR4 (antiga PJUR4), relativa às exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de taxas de juros cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- f) RWAACS (antiga PACS), relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- g) RWACOM (antiga PCOM), relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias (commodities) cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada; e
- h) RWACAM (antiga PCAM), relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial cujo requerimento de capital é calculado mediante abordagem padronizada;
- i) RWAOPAD (antiga POPR) parcela de alocação de capital para fazer face às exposições do risco operacional.

A situação do Banco do Nordeste com relação ao cumprimento dos requerimentos mínimos de capital pode ser apreciada na tabela 24 seguinte.

Tabela 24 – Requerimentos Mínimos de Capital

Nome do Item	R\$ mil		
	30.06.2015	30.09.2015	(%) variação Trimestral
Patrimônio de Referência (PR)	5.294.087	5.171.350	-3,2%
. Nível I	2.813.862	2.641.518	-5,6%
. Capital Principal	2.813.862	2.641.518	-5,6%
. Capital Complementar	0	0	-
. Nível II	2.480.225	2.529.832	-0,3%
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	36.832.758	38.142.028	-0,3%
. Parcela RWACPAD	30.701.528	31.179.677	0,2%
. Parcela RWAMPAD	452.169	1.023.609	-27,7%
. RWAACS	-	-	-
. RWACAM	378.887	915.073	-31,6%
. RWACOM	2.891	7.618	0,6%
. RWAJUR1	70.391	100.918	2,5%
. Parcela RWAOPAD	5.679.061	5.938.742	0,0%
Valor do RBAN	1.112.328	1.665.259	18,2%
Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 11%])	1.242.484	975.727	-11,7%
Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN (PR – ([RWA + RBAN] * 11%))	1.120.128	792.548	-14,1%
Índices de Basileia:			
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,64%	6,93%	-
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 5,5%)	7,64%	6,93%	-
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 11%)	14,37%	13,56%	-
. Índice de Basileia incluindo RBAN	13,95%	12,99%	-

As exposições ao risco de crédito, a que se refere o subitem “a” do item “8.3”, apresentaram a seguinte distribuição por Fator de Ponderação de Risco (FPR), aplicando-se as normas divulgadas na Circ. 3.644/2013, do BACEN, para a utilização da abordagem padronizada.

Tabela 25 – Parcela RWACPAD Segmentada por Fator de Ponderação de Risco (FPR)

Fatores de Ponderação de Exposições	R\$ mil		
	30.06.2015	30.09.2015	(%) Variação Trimestral
. 2%	45	89	97,8%
. 20%	56.903	46.657	(18,0%)
. 50%	1.390.677	1.549.115	11,4%
. 75%	6.225.622	6.188.397	(0,6%)
. 85%	4.369.476	4.304.014	(1,5%)
. 100%	17.686.489	18.149.051	2,6%
. 250%	715.797	684.757	(4,3%)
. 909,09%	256.519	257.597	0,4%
Valor da Parcela RWACPAD	30.701.528	31.179.677	1,6%

É oportuno observar, a propósito das informações acima, que as metodologias utilizadas para a definição e cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA), e para a apuração do Patrimônio de Referência (PR), seguem rigorosamente os normativos do BACEN que tratam dessas matérias, por se afigurarem suficientes e adequados para contemplar os diversos tipos de risco a que o Banco do Nordeste está sujeito.

Os contratos a que se referem os Anexos 1 e 2 previstos na Circular 3.678 que regula o presente relatório, estão disponíveis no portal www.bnb.gov.br, no link Acesso a Informações, na posição 30/09/2015, juntamente com os relatórios de gerenciamento de riscos.
